

Dossier - Inovação

O desafio da inovação na era global

Vítor Martins

Uma sociedade com excesso de intervencionismo do Estado e da burocracia, com fiscalidade onerosa para a iniciativa e para o risco, com justiça lenta e ineficaz e com um mercado laboral rígido é - será sempre - uma sociedade hostil à inovação.

Uma visão global

1. Apesar da crise internacional, pós-11 de Setembro de 2001, incluindo a crise iraquiana, a globalização continua a ser o pano de fundo da economia internacional. Vai sendo cada vez mais reconhecido que a ordem global carece de um reforçado e revigorado multilateralismo que combata eficazmente as tentações do unilateralismo e que assegure um equilíbrio estável nas relações internacionais. Do mesmo modo, se me afigura que a globalização exige multipolarismo, em torno de agrupamentos regionais fortemente integrados. A malha global carece desses suportes para ter consistência e sustentabilidade. O que pode pôr em risco a globalização é a deriva para um mundo unipolar.

2. A globalização fertiliza a competição internacional. As economias locais, nacionais e regionais são confrontadas com a exigência de competitividade para intervir com sucesso no quadro da economia global. A globalização expurga as performances não competitivas. As vulnerabilidades estruturais das economias tornam-se indisfarçáveis e insustentáveis, pois a via do proteccionismo está quase exaurida e a alocação de recursos segue inexoravelmente as performances competitivas. Para trás ficam as economias que funcionam debaixo da rigidez estrutural, incluindo a rigidez dos mercados e a fraca adaptabilidade à mudança, sofrendo do síndrome proteccionista. Conseguir que as economias funcionem de forma ágil, abertas à mudança, despertas para os valores da competição é condição sine qua non para vencer na economia global.

3. Ora, a globalização traz consigo múltiplas e profundas mudanças no modo e no tempo das organizações empresariais. A mais importante de todas, como se sabe, é o seu funcionamento em rede. As estruturas empresariais que actuam globalmente adoptam a lógica de redes, por contraponto à lógica piramidal que caracterizava as multinacionais na época pré-global. A dinâmica do funcionamento em rede – tornada possível pelo

espectacular desenvolvimento das tecnologias de informação e pela crescente mobilidade dos factores de produção – não se esgota contudo no plano micro. Ela emerge nos clusters sectoriais. Irrompe nas integrações regionais. Reforça-se mesmo no plano inter-regional. Um agente da economia global – seja ele uma empresa transnacional ou uma PME, um Estado ou um agrupamento regional – ligado a outros agentes fica mais dotado para ter sucesso, porque mais preparado para apreender mais e apreender mais depressa. Fica mais desperto para inovar e para antecipar as mudanças. Pensar global, agir local e operar em rede são os termos da equação do sucesso competitivo na ordem económica internacional emergente.

4. É neste quadro que a inovação é um factor chave da competitividade. Hoje a inovação é um conceito muito abrangente. Abarca produtos, tecnologias e métodos, assenta em gestos individuais e colectivos e tem uma dinâmica contínua, fundada numa atitude proactiva de pesquisa permanente para transformar, assimilar, melhorar, qualificar, servir. A inovação da era global nada tem a ver com a lógica da inovação do passado que era compassada em patamares descontínuos, fundados em saltos cíclicos quase sempre fruto da genialidade individual, fertilizada, aqui e além, por ambientes ou circunstâncias conjunturalmente favoráveis (guerra ou pós-guerra, epidemias, catástrofes, penúrias diversas, etc.). Hoje a inovação é um desafio permanente colocado aos indivíduos, às empresas, à sociedade civil, aos Estados, às organizações regionais e multilaterais. Não tem descontinuidades. Não é apanágio de génios. Emerge frequentemente de gestos colectivos, de organizações impessoais e até de órgãos de soberania. Alimenta-se da comunicação em rede, integra diferentes saberes e culturas. Valoriza a diversidade. Cria empresas e gera progresso. Estimula a cooperação e a solidariedade.

5. Construir sociedades abertas à inovação é o caminho certo para responder ao desafio da globalização. A inovação é o factor que permite pôr o conhecimento ao serviço do desenvolvimento. Sem a inovação o conhecimento tende para a esterilização. Uma sociedade que não está desperta para a inovação, não só perde o seu capital de saberes e de experiência, como tende a perder mesmo os seus recursos humanos mais qualificados. Além disso, sem a cultura da inovação é impossível tirar partido da formidável janela de oportunidade que a globalização proporciona.

6. É claro que o centro de gravidade da inovação estará sempre nas empresas. É a esse nível que as decisões se tornam críticas para que a inovação se materialize em resultados tangíveis para a competitividade. Mas a inovação depende em larga escala também do

voluntarismo assumido pelos poderes públicos, sejam eles nacionais (os Estados) ou regionais (como a UE). As políticas públicas desempenham um papel muito relevante na criação de um ambiente favorável à inovação. Desde logo através das reformas estruturais que agilizam a economia: desburocratização, fiscalidade socialmente justa e amiga do investimento, justiça célere, quadro laboral flexível. Uma sociedade com excesso de intervencionismo do Estado e da burocracia, com fiscalidade onerosa para a iniciativa e para o risco, com justiça lenta e ineficaz e com um mercado laboral rígido é – será sempre – uma sociedade hostil à inovação. Também através dos sistemas de educação e de formação profissional o Estado pode criar condições para promover uma sociedade motivada para a inovação. Por outro lado, as políticas públicas desempenham um papel central na incentivação directa da inovação. Em primeiro lugar pelos programas I&D da responsabilidade do Estado, os quais podem e devem ser orientados para a inovação, assegurando a ligação estreita entre a investigação e a economia. Em segundo lugar pela incentivação fiscal e financeira (premiar fiscalmente quem inova ou compartilhar financeiramente com capital de risco). Em terceiro lugar através da regulação. O poder regulatório do Estado quando orientado para a liberalização e a promoção de um quadro concorrencial aberto e transparente é uma poderosa alavanca de inovação. Indirectamente o Estado tem também muito por onde induzir a inovação. Veja-se o exemplo dos mercados públicos e das compras públicas que, uma vez abertos ao quadro concorrencial, podem ser alavancas poderosas da oferta de produtos e serviços inovatórios e com um considerável efeito demonstração. Veja-se as privatizações e as concessões de serviços a privados, ainda que debaixo de indispensáveis quadros regulatórios para defesa dos “serviços de interesse geral”.

7. É no funcionamento em rede que as economias exponenciam a capacidade de inovar. Ora, as integrações regionais são justamente espaços que favorecem naturalmente as redes de conhecimento. É por isso que a integração económica regional é hoje um factor poderoso de promoção da inovação. Desde logo porque procedem à “integração” de capacidades, de conhecimentos, de experiências e até de culturas. Num projecto de integração regional, conduzido de forma aberta e transparente, a adição dos “saberes” nacionais inclui sinergias significativas que dão ao resultado global um valor maior do que a soma das partes. Há um valor sinérgico na integração regional em matéria de I&D e de conhecimentos em sentido lato que é, por si só, um factor promotor da inovação. A integração regional proporciona também vantagens de escala, no que se refere aos

mercados, aos recursos disponíveis e, acima de tudo, nas complementariedades criativas em matéria de I&D. À escala global a capacidade de integrar redes, sejam elas de conhecimento, de investigação, de produção, de comercialização ou, apenas, de informação é mais fácil e menos onerosa quando feita com base em áreas economicamente integradas e com massa crítica suficiente para serem actores internacionais credíveis. Em resumo, poderá dizer-se que a integração económica é amiga da inovação e que é isso tanto mais consequente quanto mais densa e intensa é a integração. A promoção da inovação ganha com o aprofundamento da integração económica. Em modelos de integração soft, do tipo “zonas de comércio livre”, a possibilidade de alavancar a inovação é mais limitada. E sobretudo é quase impossível introduzir o factor de coesão, através de uma redistribuição de recursos. Ao contrário, a integração económica do tipo “União Económica e Monetária” (caso da UE) possibilita uma capacidade de intervenção a nível regional muito mais intensa e eficaz, através das políticas ou acções comuns e da coordenação musculada das políticas nacionais.

Uma visão europeia

8. A UE vive uma época crítica da sua existência. Depois do glamour do mercado interno e do euro, a UE confronta-se agora com um tríplice desafio de extrema complexidade: o alargamento, a constituição europeia e o seu papel no mundo global. Visto de fora pode passar despercebido, mas a verdade é que, desde o final da II Guerra Mundial, a Europa não era colocada perante opções internas e externas tão complexas, exigentes e decisivas.

9. O alargamento em marcha levará a UE a atingir, já em Maio de 2004, vinte e cinco Estados, o que significa absorver dez novos membros, aumentar mais de um quarto a sua população e quase um terço a sua área geográfica. Mas não se ficará por aí. A UE avança inevitavelmente para um projecto pan-europeu. Antecipo que o alargamento vai acelerar o clima favorável à inovação na economia europeia, em razão de múltiplos factores. A concorrência no espaço do mercado interno agudiza-se e esse é sempre um factor estimulante da inovação. O investimento directo estrangeiro continuará, crescentemente nos próximos anos, a procurar os mercados do Centro e Leste da Europa. A economia europeia encontra aí uma importantíssima reserva de crescimento. Mas o que me parece mais relevante é ainda outro factor: a alta qualificação educacional e cultural dos recursos humanos dos candidatos do Centro e Leste. Essa base humana posta em contacto com a desafiante pressão concorrencial dos mercados, com o acesso rápido às novas tecnologias, em parte através do IDE e com um quadro expectável de acelerado crescimento

económico vai contribuir seguramente para impulsionar a inovação na economia europeia.

10. Está em marcha uma constituição para a UE, expressão de um projecto de integração fundada numa tripla legitimidade: Estados, povos, cidadãos. A intenção é clara: dotar a integração económica europeia do suporte político necessário, não só para lhe conferir democraticidade, mas também para lhe assegurar músculo político, quer na ordem interna, quer na ordem externa. Trata-se, no fundo, de tentar suprir aquilo que designo pela “insustentável leveza política da integração europeia”. Se os líderes europeus forem capazes de acordar um texto constitucional equilibrado e, sobretudo, mobilizador dos Estados, das regiões e dos cidadãos da Europa, então também daí resultarão boas notícias para as políticas de inovação. Creio que esta reforçada dimensão política da UE reclamará uma revisão das políticas comuns e uma nova racionalização na alocação de recursos. A velha PAC – também sob a pressão de Doha – cederá o seu lugar central no orçamento comunitário às novas políticas, como I&D, PME, coesão, sociedade de informação, ambiente.

11. A UE vive também o desafio angustiante de encontrar o seu lugar no mapa global, desafio agudizado na crise iraquiana que gerou divisões e tensões na Europa que não eram conhecidas desde o pós-guerra. É difícil conceber uma nova ordem internacional sem a UE como actor principal. Para isso coloca-se a exigência da política externa comum, apta a defender, de forma coerente, os interesses europeus no concerto internacional. A defesa deveria ser outra área de desenvolvimento progressivo das competências da UE. E não é a defesa um dos motores da inovação da economia?

Uma visão portuguesa

12. Portugal beneficiou largamente da adesão à UE para estimular a competitividade da economia portuguesa. E, em particular, a capacidade de promover a inovação foi muito impulsionada com a adesão à U.E.. Portugal proporciona um bom exemplo da interacção dos níveis regional, nacional e local em matéria de inovação, nomeadamente inovação industrial. Lanço mão de um exemplo concreto experimentado pelo o sector automóvel.

13. A história do sector automóvel em Portugal é paradigmática, a vários títulos. Em primeiro lugar porque reflecte directamente o percurso de integração europeia realizado por Portugal nas últimas quatro décadas. Em segundo lugar porque ilustra o papel do IDE na promoção da inovação. Em terceiro lugar porque demonstra as sinergias entre o IDE

e a iniciativa local. A traços grossos poderá dizer-se que a indústria automóvel entrou em Portugal na década de 60, pela mão da EFTA, a que tínhamos aderido precisamente em 1960. O investimento no sector foi então feito em unidades de mera “assemblage”, numa lógica de exploração do mercado local, tirando partido da zona de trocas livres criada pela EFTA. Foi um passo positivo, mas muito limitado. Positivo porque criou empregos, gerou alguns inputs provenientes da indústria nacional e teve algum efeito na balança comercial. Limitado, contudo, pois não induziu verdadeiras transferências de tecnologia, nem se ancorou no tecido empresarial português.

Com o acordo comercial Portugal-CEE de 1972 e, sobretudo, com o pedido de adesão à CEE em 1977, as unidades de montagem entraram em declínio e surgiu, então, o primeiro grande investimento do sector automóvel em Portugal pela mão da Renault. Aí sim, com a perspectiva de integração plena os franceses passaram da mera “assemblage” para a produção efectiva de automóveis, incorporando inputs produzidos em Portugal com significativo valor acrescentado. Emerge então, à volta dessa iniciativa, o sector dos componentes de automóvel. Inicia-se a transferência de tecnologia para a indústria nacional e as multinacionais do sector são atraídas a Portugal. Um cluster automóvel embrionário começa a surgir. E Portugal entra no mapa dos exportadores automóveis.

Mas é com a adesão à U.E. em 1986 que o sector dá um salto qualitativo e quantitativo espectacular, tirando partido não só do mercado interno europeu, mas também dos fundos estruturais e de coesão (infra-estruturas, desenvolvimento regional, ID, formação, etc.). O sector de componentes para automóvel torna-se o principal sector exportador, suplantando a tradicional indústria têxtil e do vestuário.

Com o êxito da integração de Portugal na U.E. e já com a perspectiva da UEM, Portugal atrai para Portugal no início da década de noventa um grande investimento no sector automóvel, liderado por uma joint-venture Ford-Volkswagen. Esse investimento, com verdadeira dimensão emblemática internacional, tem efeitos consideráveis na economia portuguesa:

- Consolida o cluster automóvel, induzindo uma vasta constelação de unidades de componentes, promovidas por grandes multinacionais, por empresários locais e por “joint-ventures”;

- Promove a inovação, trazendo para Portugal novos métodos e tecnologias (“just in time”, “kaizen”, ambiente, mobilidade profissional, formação), induzindo um up-grade na exigência produtiva com considerável efeito demonstração;
- Desenvolve uma região deprimida (a península de Setúbal) pela criação de infra-estruturas e, acima de tudo, de emprego;
- Promove e divulga a lógica de trabalhar em rede, integrando saberes e experiências.

O sector de componentes para automóvel é provavelmente o primeiro em Portugal a experimentar a nova lógica da economia do conhecimento. A inovação é aí o factor decisivo por excelência para garantir competitividade. Não há fornecedores passivos e estáticos a tirar partido de negócios cristalizados. Há produtores dinâmicos obrigados a conhecer profundamente “o negócio automóvel” e não apenas as tecnologias, obrigados a trabalhar em rede vertical e horizontal e a fazer da inovação ferramenta quotidiana da sua afirmação competitiva.

A integração europeia foi, sem margem para dúvidas, a “driving-force” do cluster automóvel em Portugal. Sem o mercado interno europeu, sem os fundos comunitários e sem o euro o sector jamais teria conseguido a projecção que tem hoje.

14. A conclusão principal a reter é clara: a inovação é uma arma que, para ser tangível, carece do voluntarismo do Estado em “cumplicidade transparente” com as iniciativas empresariais e que é mais eficaz quando beneficia da integração regional portadora das sinergias de escala e do conhecimento em rede.